

O QUE DETERMINA A ROTATIVIDADE NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO?

*LUÍS ABEL DA SILVA FILHO¹
JOSÉ MÁRCIO DOS SANTOS²*

Resumo

As configurações ocorridas nas relações de produção e no mundo do trabalho a partir do final do século XX mantêm forte semelhança ao modelo de crescimento econômico corrente. A precariedade do trabalho, pautada nas relações vulneráveis, tem se acentuado em todo o mundo. Diante disso, é pretensão deste artigo analisar rotatividade no mercado de trabalho brasileiro. Para tanto, recorre-se a uma revisão de literatura e em seguida a construção de indicadores de rotatividade. O banco de dados é da Relação Anual de Informações Sociais e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e do Emprego. Os resultados conferem taxas de rotatividade divergentes entre as macrorregiões brasileiras, mostrando-se as mais elevadas para as regiões mais dinâmicas economicamente. Além disso, registraram-se taxas de rotatividade mais elevadas para os setores de construção civil e agropecuária, em virtude da baixa intensidade tecnológica e da fácil substituição de mão de obra nessas atividades. No que concerne ao sexo, os homens são sobremaneira afetados pela rotatividade, assim como os jovens e menos escolarizados. Além disso, os postos de trabalhos que ofertam rendimentos nas mais bai-

xas faixas de remuneração também experimentam maior tendência de entrada e saída da força de trabalho.

Palavras-chave: mercado de trabalho. Rotatividade. Emprego formal. Economia brasileira. Setores econômicos.

Abstract

Settings occurred in the relations of production and the world of work from the late twentieth century has strong resemblance to the current economic growth model. The precariousness of work, based on relations vulnerable, has been accentuated in the world. Therefore, this article is to analyze turnover intention in the Brazilian labor market. Therefore, we resort to a literature review and then the construction of indicators of turnover. The database is from the Annual Social Information and the General Register of Employed and Unemployed Ministry of Labor and Employment. The results give turnover rates differ among regions of Brazil, showing up to the highest economically most dynamic regions.

In addition, there were higher rates of turnover for civil construction and agriculture, due to the low technological intensity and easy replacement of labor in these activities. With regard to sex, men are greatly affected by turnover, as well as the young and less educated. Moreover, the jobs that offer the lowest incomes pay ranges also experience greater tendency of entering and leaving the labor force.

Keywords: labor market. Turnover. Employment formal Brazilian economy. Economic sectors.

JEL: J62

Considerações iniciais

A dinâmica do mercado de trabalho brasileiro mostra-se relativamente vulnerável aos choques de mercado na sua trajetória recente. A dinâmica global da economia tem acentuado as relações de vulnerabilidade dos postos de trabalho, diante de uma performance relativamente inquietante, ante a atuação pífia dos órgãos de defesa do trabalho. Diante disso, as transformações macroeco-

¹ Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E: mail abeleconomia@hotmail.com>

² Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E:mail jmarcio.santos@hotmail.com>



nômicas em qualquer escala – seja acentuada ou leve – tem comprometido a força de trabalho no país.

Os anos de 1990 foram cenários de uma elevada ofensiva do capital sobre o trabalho. As configurações nas relações de produção marcaram as relações de trabalho em um contexto de capitalismo globalizado, em um ambiente de capitalismo tardio. Com isso, o mercado de trabalho avançou em um processo de seletividade acentuada e com forte segregação e segmentação da força de trabalho nacional (BALTAR, 2003; DEDECCA, 2003; MORETTO; GIMENEZ; PRONI, 2003; POCHMANN, 1999).

Esse contexto permitiu a construção de um cenário até então não observado nas relações de trabalho brasileiras, com a criação de novas formas de contrato e novas relações de trabalho no âmbito do novo ambiente competitivo (DEDECCA; ROSANDISKI, 2006; NEVES; PEDROSA, 2007). Contrato em tempo parcial, na informalidade e com redução de uma série de direitos trabalhistas marcaram as relações de produção e de trabalho no país.

As elevadas taxas de rotatividade no mercado de trabalho, bem como a segregação e segmentação foram amplamente assistidas em todas as regiões e em todos os setores de atividade econômica (BALTAR; PRONI, 1995; CACCIAMALI, 1992; CARVALHO; FEIJÓ, 1993; CORSEUIL et al., 2002a, 2002b; ORELLANO; PAZELLO, 2006; PAZELLO; BIVAR; GONZAGA, 2000). Essas ações de atuação e de domínio do capital sobre o trabalho permitiram a desestruturação dos direitos trabalhista e o avanço das ações de mercado. Isso, pois, acentuou o hiato entre a produção e a divisão do produto entre capital e trabalho na economia brasileira.

Faz-se pertinente, então, destacar que esse trabalho tem pretensão apenas de observar a rotatividade no mercado de trabalho brasileiro, considerando-se o cenário recente.

Diante disso, a proposta central da investigação faz menção ao forte movimento de entrada e saída da força de trabalho no emprego, diante da ofensiva do capital sobre o trabalho. Com isso, busca-se, a partir de condicionantes socioeconômicos e demográficos da mão de obra, analisar as taxas de rotatividade no mercado de trabalho.

Para atingir o objetivo proposto pelo estudo, ele encontra-se assim estruturado: além destas considerações iniciais, a segunda seção recorre aos procedimentos metodológicos utilizados com o fito de atingir o objetivo proposto; na seção seguinte, apresentam-se as taxas de crescimento do emprego formal no Brasil, considerando-se especificidades geográficas, de setores, características socioeconômicas e demográficas, dentre outras; em seguida, na quarta seção, destacam-se as taxas de rotatividade, criação, destruição de postos de trabalho segundo as condicionantes selecionadas para o estudo; e, por último, na quinta seção, tecem-se algumas considerações finais.

Procedimentos metodológicos

A base de dados aqui utilizada refere-se a informações censitárias declaradas anualmente, conforme a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Os dados tabulados referem-se aos anos de 2007-2008 e 2009-2010. Por definição o período inicial t e o final t_1 são o primeiro e o último ano de cada recorte, respectivamente. Com a média do estoque de empregados do primeiro e do último ano é possível acompanhar a rotatividade em função do período t_1 com o auxílio dos dados referentes rotatividade, advindos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) também do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Esse banco de dados oferece informações acerca da quantidade de empregados que foram admitidos e desligados desde a escala mensal,

sendo possível captar os dados anuais conforme os aqui utilizados.

As informações aqui acopladas referem-se ao emprego formal brasileiro. Apenas uma das tabelas tratará de dados desagregados conforme a classificação setorial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abrangendo: extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, administração pública e agropecuária, pesca, caça e extração vegetal. Além disso, têm-se dados referentes às cinco macrorregiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), sendo as demais apresentadas com o total de empregos formais do país.

Diferentemente de alguns trabalhos utilizados como referência para o estudo (CACCIAMALI, 1992; CORSEUIL et al., 2002; ORELLANO; PAZELLO, 2006); este artigo procura apresentar a rotatividade no mercado de trabalho brasileiro levando em consideração as características demográficas socioeconômicas da força de trabalho que compõe o movimento de entrada e saída. Destarte, variáveis como sexo, idade, escolaridade reocupados por remuneração média serão analisadas, como determinantes da rotatividade no mercado de trabalho brasileiro.

Neste estudo, divergindo de Orellano e Pazello (2006) a rotatividade no mercado de trabalho é descrita como o movimento de entrada e saída da força de trabalho, sendo considerada para o cômputo da rotatividade tanto as admissões quanto as demissões. A rotatividade da força de trabalho é, pois, assim descrita:

$$R_{it} = \frac{\sum(A_{it} + D_{it})}{(L_{cit} + L_{fit})/2} \quad (1)$$

Onde,

R_{it} = rotatividade no mercado de trabalho brasileiro;

A_{it} = número de trabalhadores admitidos no tempo em estudo;

D_{it} = número de trabalhadores desligados no período de tempo determinado;

L_{cit} = total da força de trabalho formal no início do período de tempo admitido para o estudo;

L_{fit} = total da força de trabalho formal brasileira no final do período tomado para o cálculo da rotatividade.

O denominador desta razão corresponde ao tamanho médio da força de trabalho no período tomado para o estudo. Além disso, tanto o movimento de entrada quanto o movimento de saída da força de trabalho do setor serão contabilizadas como rotatividade.

Tomando a metodologia adotada, no que se refere ao espaço de tempo, por Orellano e Pazello (2006), considerou-se, aqui, o período de tempo mínimo utilizado para o cálculo do índice de rotatividade, sendo os dados referentes a 2007-2008 e de caráter independente dos observados em 2009-2010. Com isso, os dados do início e do final do período servem apenas para comparar a rotatividade no início e no final, sem comprometer, por variações cíclicas, os resultados dos indicadores, sendo que quanto menor o período de tempo, menor também é a probabilidade de o índice sofrer os efeitos das variações no mercado de trabalho. Mesmo sendo o estudo relacionado ao mercado de trabalho brasileiro que tem demonstrado elevado rotatividade, o fato de as informações se referirem ao final do ano reduz os riscos de erros nos cálculos, graças à sazonalidade.

Para se mensurar a taxa de criação e destruição de postos de trabalho, faz-se necessário o uso da seguinte expressão:

$$TC = \frac{\sum_{i=1}^n (L_{ait} - L_{dit})}{\bar{L}_{it}} \quad (2)$$

Por sua vez, a taxa de destruição de postos de trabalho é dada pela expressão:

$$TD = \frac{\sum_{i=1}^n (L_{ait} > L_{dit})}{\bar{L}_{it}} = \sum_{i=1}^n \frac{(L_{ait} - L_{dit})}{\bar{L}} \quad (3)$$

Diante disso, tem-se que $L_{ait} - L_{dit}$ corresponde à diferença entre o número de trabalhadores do setor formal admitidos e o número de desligados, por período de tempo.

Seguindo o método de análise, tem-se que a taxa de criação líquida de postos de trabalho pode ser inferida da seguinte forma:

$$TCL = \sum_{i=1}^n \frac{((L_{ait} - L_{dit}))}{\bar{L}} = TC - TD \quad (4)$$

A partir do método exposto, obtém-se a rotatividade no mercado de trabalho formal brasileiro, conhecendo-se as respectivas taxas de criação e destruição dos postos de trabalho no país. O objetivo é mensurar o movimento de entrada e de saída, além da intensidade com que isso ocorre em território nacional nos anos selecionados.

Cabe esclarecer que os anos tomados são 2007-2008 e 2009-2010. Seguindo o proposto por Corseuil e colaboradores (2002), o ponto

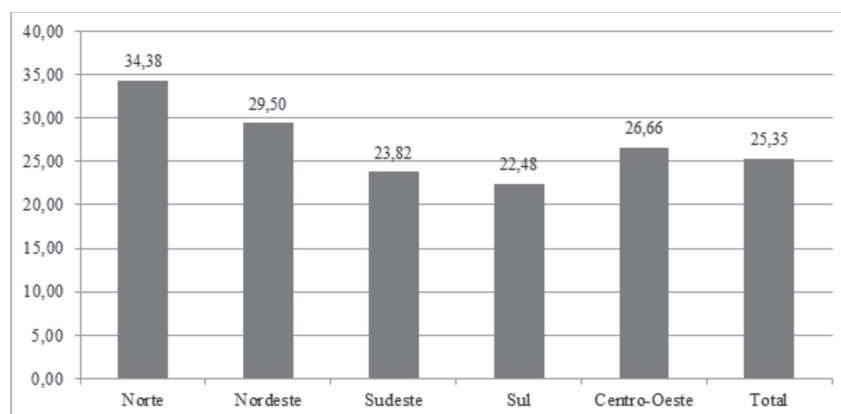
inicial da análise é o ano de 2008, por definição, e o ano de 2010 é o último ponto.

A partir do exposto, a seção que se segue apresenta resultados e discussões sobre a distribuição relativa da mão de obra formal ocupada no Brasil segundo suas mesorregiões e setores de atividade econômica, além de apresentar o perfil da mão de obra, com suas características demográficas e socioeconômicas, para todo o país.

Crescimento do emprego formal no Brasil

A dinâmica recente do mercado de trabalho formal brasileiro vem apresentando novas tendências refletidas pelos novos cenários expressos pela conjuntura econômica, que vem impondo estímulos a setores produtivos específicos (CINTRA, 2005; LEONE; BALTAR, 2010; REMY; QUEIROZ; SILVA FILHO, 2010). Em sua magnitude, o emprego recente vem apresentando tendência de crescimento expressivo, alternando seus resultados em torno das especificidades setoriais ou locais. Tais especificidades podem ser retratadas na variação do emprego formal por região geográfica, disposta no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 - Variação do emprego formal no Brasil segundo a macrorregião – 2006/2010



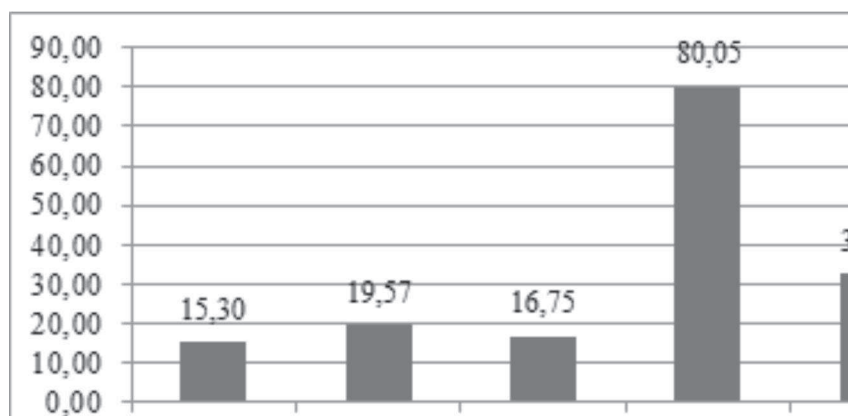
Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Rais/MTE.

Constata-se que a variação média nacional do emprego agregado entre 2006 a 2010 foi de 25,35%, valor expressivo para um período de tempo relativamente curto. Os dados acerca das dinâmicas regionais expressam a ocorrência de novas tendências para o crescimento do emprego. Consideradas, historicamente, as mais dinâmicas do Brasil, as Regiões Sudeste e Sul apresentaram um crescimento dos seus postos de trabalho num patamar inferior a média nacional, o que pode ser um reflexo da migração de empresas para outras regiões do país em função dos estímulos

fiscais oferecidos, ultimamente. Por outro lado, as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram um crescimento superior à média nacional. Tais resultados estão, grosso modo, relacionados com a geração de empregos associados às novas atividades produtivas compreendidas nestas regiões, como a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, e a ampliação do porto de Suape, em Pernambuco.

As atividades supracitadas denotam o crescimento setorial das atividades ligadas a construção civil, tendência esta que é ratificada ao analisar o Gráfico 2, a seguir

Gráfico 2 - Variação do emprego formal no Brasil segundo o setor de atividade econômica – 2006/2010



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Rais/MTE.

O crescimento de 80% no segmento da construção civil observado no intervalo de 2006-2010, deve-se, especialmente, a implementação de construções e obras de grande porte, associadas oferta de projetos de infraestrutura, bem como a expansão recente do mercado imobiliário nacional, cuja demanda cresceu em função do aumento da renda média da população. Dentro deste contexto, enfatizam-se ainda as construções associadas aos projetos da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Já os setores de comércio e serviços mostraram um crescimento superior à média nacional (25,35%), demonstrando que eles se mantêm como os setores mais dinâmicos no contexto atual. Em termos negativos, acentua-se ainda mais a perda de participação da agropecuária, que cresceu tímidos 3,86% em quatro anos.

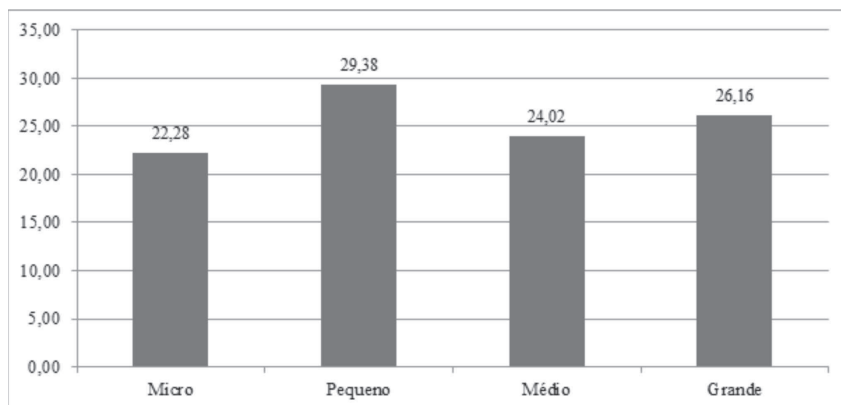
Apesar dos grandes obras contemporâneas realizadas pelo setor da construção civil, o segmento das grandes empresas apresentou um crescimento próximo do crescimento médio nacional, mas que foi suplantado pela expansão do segmento das pequenas empresas, conforme por ser visualizado no Gráfico 3, a seguir.

“ *Mesmo assim, este dinamismo não chega a ser proeminente, pois os demais segmentos (micro, médias e grandes empresas) obtiveram comportamentos muito próximos, todos na faixa de 20% a 30% de variação.* ”

Com uma variação de 29,38% em quatro anos, o segmento das pequenas empresas, foi o mais dinâmico dentre os segmentos da economia. Mesmo assim, este dinamismo não chega a ser proeminente, pois os demais segmentos (micro, médias e grandes empresas) obtiveram comportamentos muito próximos, todos na faixa de 20% a 30% de variação. Isto mostra, que, de certa forma, o crescimento do emprego está ocorrendo de forma equiparada entre as empresas dos diversos tamanhos.

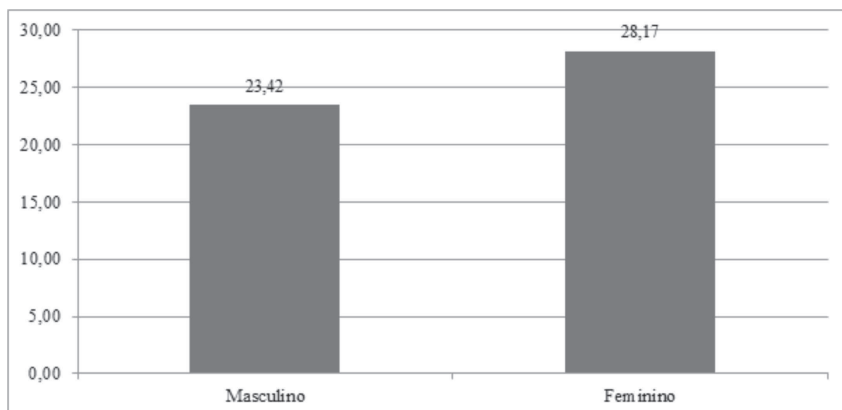
Em relação à variação dos postos de trabalho por sexo, constatou-se a expansão das atividades ocupadas por mulheres num nível superior aos ocupados pelos homens, como pode ser visto no Gráfico 4, a seguir. Esses resultados ratificam a maior inserção da mulher no mercado de trabalho anualmente no Brasil, dado, sobretudo pela necessidade, em muitos casos, de complementação da renda familiar, como ainda pelo próprio desejo de tornarem-se independentes financeiramente (BRUSCHINI, 2006, 2007; BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000; LEONE, 2003; WAJNMAN; PERPÉTUO, 1997).

Gráfico 3 - Variação do emprego formal no Brasil segundo o tamanho do estabelecimento – 2006/2010



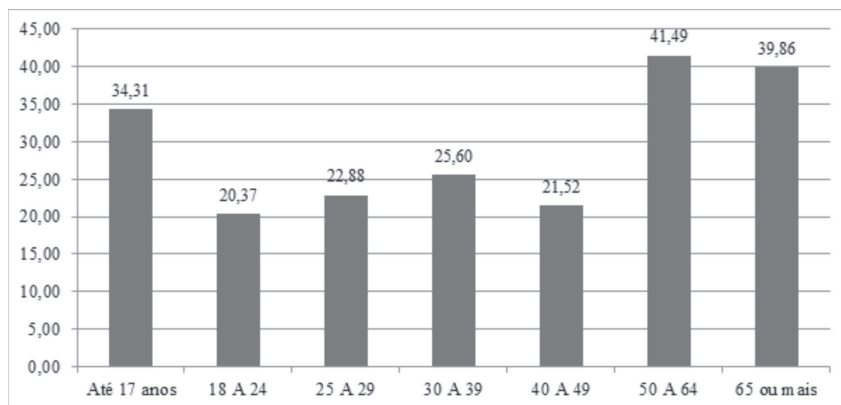
Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Rais/MTE.

Gráfico 4 - Variação do emprego formal no Brasil segundo o sexo do trabalhador – 2006/2010



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Rais/MTE.

Gráfico 5 - Variação do emprego formal no Brasil segundo a faixa etária do trabalhador – 2006/2010



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Rais/MTE.

As atividades ocupadas por mulheres cresceram 28,17% no período analisado, valor superior aos 23,42% registrados pelos empregos ocupados por homens. Tais números denotam uma maior participação, e possivelmente de qualificação, da mulher no mercado, refletindo a absorção da oferta de mão de obra feminina nas novas ocupações surgidas. Entretanto, deve-se ressaltar que tais resultados evidenciam um crescimento relativo entre os períodos, mas não os montantes em absolutos – que ainda denotam a maior participação masculina na composição do mercado de trabalho.

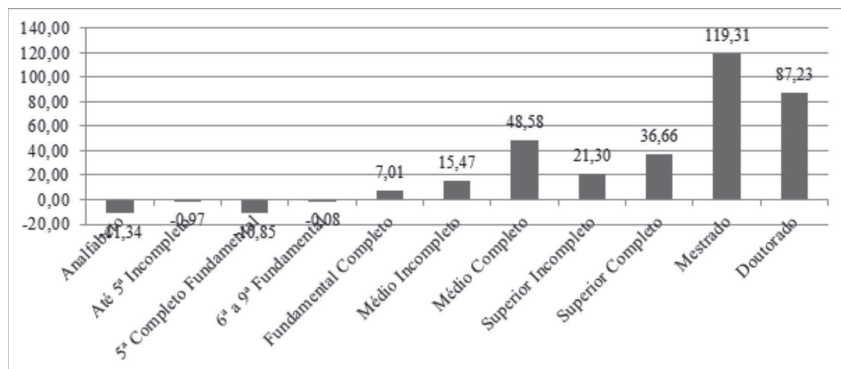
A análise do emprego segundo a faixa etária mostra uma nova tendência do mercado de trabalho nacional. Conforme o Gráfico 5, a seguir, observa-se uma expansão significativa da mão de obra com idade superior a 50 anos.

Os postos de trabalho ocupados por funcionários entre 50 a 64 anos cresceram 41,49% entre 2006 a 2010, enquanto as funções exercidas por funcionários com mais de 65 anos cresceram 39,86%. Tais indicadores denotam o aumento da admissão de trabalhadores com idade mais elevada, algo não registrado em momentos anteriores. A inserção, ou reinserção, destes trabalhadores no mercado, em sua magnitude, advém da busca por rendimentos que complementem rendas anteriores, especialmente rendimentos atribuídos a pensões e/ou aposentarias. Em outra vertente, registrou-se um expressivo crescimento da mão de obra com idade limite de 17 anos, que obteve uma expansão de 34,31% no período analisado. Ou seja, houve uma ampliação na inserção de novos trabalhadores, acompanhada paralelamente pela reinserção de trabalhadores mais antigos ou veteranos.

Este crescimento dos trabalhadores na faixa de até 17 anos, está relacionado diretamente com o desempenho do emprego segundo a escolaridade média. Isto porque se

registrou uma ampliação dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino médio completo, como pode ser visto no Gráfico 6, a seguir. Essa categoria cresceu 48,58% no intervalo analisado, um crescimento ainda mais expressivo quando tomamos em consideração que a maioria absoluta dos trabalhadores se encontra nesta faixa de escolaridade.

Gráfico 6 - Variação do emprego formal no Brasil segundo nível de instrução do trabalhador – 2006/2010

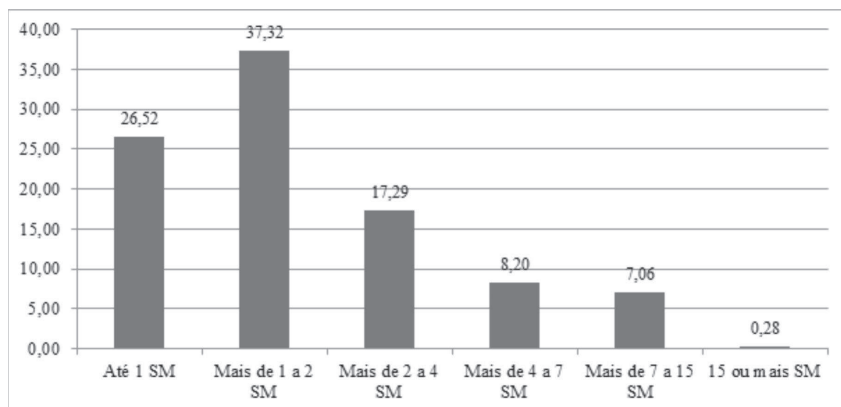


Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Rais/MTE.

Paralelamente, a dinâmica das ocupações com pós-graduação foi bastante expressiva, com um crescimento registrado de 119,31% nas atividades ocupadas por portadores de diplomas de mestrado; e de 87,23% nas ocupações que requeriam título de doutorado. Podem-se associar esses números acerca das ocupações com pós-graduação aos resultados das admissões nos segmentos de educação superior, setor que vem apresentando crescimento constante no país. Contudo, deve-se destacar que tais resultados estão em função dos incrementos obtidos ao longo da série, que são altamente significativos.

A análise do crescimento fundamentado nos rendimentos médios ratifica a expansão das atividades que apresentam remuneração na faixa de 1,0 a 2,0 salários mínimos, como pode ser visualizado no Gráfico 7, a seguir.

Gráfico 7 - Variação do emprego formal no Brasil segundo faixa de remuneração do trabalhador – 2006/2010



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Rais/MTE.

“ Os números relativos ao crescimento segundo a faixa de remuneração corroboram com os resultados presentes na análise por nível de instrução e por faixa etária...”

Os empregos nesta faixa de remuneração tiveram crescimento de 37,32% no período analisado, sendo acompanhado pelas atividades de até um salário mínimo, que cresceu 26,52% no mesmo intervalo de tempo. Os números relativos ao crescimento segundo a faixa de remuneração corroboram com os resultados presentes na análise por nível de instrução e por faixa etária, evidenciando perfil de um trabalhador jovem, que possui segundo grau completo e recebe entre 1,0 a 2,0 salários mínimos.

Criação, destruição e rotatividade de emprego formal brasileiro segundo as condicionantes socioeconômicas e demográficas

A análise acerca da rotatividade no mercado de trabalho brasileiro mostra situações bastante heterogêneas, quando observado a composição do emprego formal sob os diferentes aspectos setoriais e regionais. Isto está relacionado às dimensões do nosso país, que apresenta diversidade produtiva significativa, onde os diversos setores produtivos assumem dinâmicas próprias em virtude das particularidades das economias regionais. Esta heterogeneidade pode ser observada quando se compara os índices de rotatividade regionais, como pode ser visto na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Criação, destruição, criação líquida e rotatividade no emprego formal segundo as macrorregiões brasileiras - 2006/2010

Região	2006				2010			
	Taxa de Criação	Taxa de Destruição	Taxa de Criação Líquida	Taxa de Rotatividade	Taxa de Criação	Taxa de Destruição	Taxa de Criação Líquida	Taxa de Rotatividade
Norte	0,29	0,27	0,02	0,56	0,33	0,29	0,04	0,62
Nordeste	0,27	0,24	0,03	0,50	0,32	0,28	0,05	0,60
Sudeste	0,39	0,35	0,04	0,74	0,46	0,41	0,05	0,87
Sul	0,41	0,38	0,03	0,79	0,51	0,46	0,05	0,97
Centro-Oeste	0,34	0,33	0,02	0,67	0,43	0,40	0,03	0,83
Total	0,36	0,33	0,03	0,70	0,44	0,39	0,05	0,82

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Rais-Caged/MTE.

Em termos regionais, observa-se que a taxa de criação líquida de empregos apresenta-se baixa em todas as regiões – expressando que há um equilíbrio entre as admissões e demissões, se diferenciado pela intensidade com qual isto ocorre. A proximidade dos valores referentes a admissões e demissões acaba por refletir na determinação da rotatividade. Esta por sua vez, manteve-se em índices elevados em todas as regiões, a partir da comparação entre os dois períodos analisados, constata-se a tendência uniforme de elevação da rotatividade em todas as regiões do país. Contudo, registraram-se nas regiões Sul e Sudeste, os maiores patamares, com valores de 0,79 e 0,74, respectivamente.

A tendência de elevação da rotatividade também é observada ao se analisar o comportamento por setor produtivo. De acordo com os dados expressos na Tabela 2, todos os setores apresentaram elevados índices de rotatividade, bem como a elevação destes índices entre os dois períodos analisados. O que se mostra distinto são os níveis de rotatividade entre os setores produtivos. Os setores de construção civil, agropecuária e comércio apresentaram-se como os de maior giro da mão de obra, enquanto serviços industriais de utilidade pública mostrou-se ser o segmento com menor variação da mão de obra. Devem-se, enfatizar os resultados da administração pública, que praticamente não apresentou rotação nos seus postos de trabalho. Tal resultado se deve a estabilidade que os funcionários públicos possuem no âmbito de suas carreiras, estão possíveis variações associadas apenas a admissão de concursados e desligamentos por aposentaria ou exoneração.

Tabela 2 - Criação, destruição, criação líquida e rotatividade no emprego formal brasileiro segundo o setor de atividade econômica - 2006-2010

Setor - IBGE	2006				2010			
	Taxa de Criação	Taxa de Destruição	Taxa de Criação Líquida	Taxa de Rotatividade	Taxa de Criação	Taxa de Destruição	Taxa de Criação Líquida	Taxa de Rotatividade
Extrativa mineral	0,26	0,19	0,07	0,44	0,27	0,19	0,08	0,46
Ind. de transformação	0,41	0,37	0,04	0,78	0,50	0,43	0,06	0,93
Ser. Ind.de utilidade pública	0,19	0,17	0,02	0,36	0,23	0,18	0,04	0,41
Cons. Civil	0,90	0,84	0,06	1,74	0,98	0,88	0,10	1,86
Comércio	0,46	0,41	0,05	0,88	0,53	0,47	0,06	1,00
Serviços	0,42	0,37	0,05	0,79	0,48	0,42	0,06	0,90
Adm. Pública	0,01	0,01	0,00	0,02	0,01	0,01	0,00	0,02
Agropecuária	0,76	0,75	0,00	1,51	0,89	0,91	-0,02	1,81
Total	0,36	0,33	0,03	0,70	0,44	0,39	0,05	0,82

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Rais-Caged/MTE.

Novamente, as taxas de criação líquida de empregos encontram-se num patamar mínimo, sendo resultado da proximidade dos valores da taxa de criação e da taxa de destruição de empregos.

A análise em função do tamanho do estabelecimento indicou que as microempresas possuem o maior índice de rotatividade dentre os outros tipos de empreendimentos, apresentando um índice de 1,11 no ano de 2006. O segundo maior valor foi demonstrado pelo segmento das pequenas empresas, com um valor de 0,84. A comparação dos segmentos evidencia a intensidade da rotatividade no âmbito das microempresas. Tal situação se intensifica no ano posterior, pois o índice das microempresas eleva-se para 1,26, ratificando a tendência observada em 2006. Constata-se também que esta elevação é acompanhada pelos outros segmentos, conforme pode ser constata na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 - Criação, destruição, criação líquida e rotatividade no emprego formal brasileiro segundo o tamanho do estabelecimento - 2006-2010

Tamanho Estabelecimento	2006				2010			
	Taxa de Criação	Taxa de Destruição	Taxa de Criação Líquida	Taxa de Rotatividade	Taxa de Criação	Taxa de Destruição	Taxa de Criação Líquida	Taxa de Rotatividade
Micro	0,60	0,50	0,10	1,11	0,69	0,57	1,26	1,26
Pequeno	0,42	0,42	0,01	0,84	0,50	0,48	0,98	0,98
Médio	0,35	0,33	0,02	0,68	0,42	0,39	0,82	0,82
Grande	0,16	0,15	0,01	0,32	0,22	0,20	0,42	0,42
Total	0,36	0,33	0,03	0,70	0,44	0,39	0,82	0,82

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Rais-Caged/MTE.

Ao se averiguar o comportamento segundo o sexo, constatou-se que os indicadores de rotatividade masculinos são superiores aos femininos, em ambos os períodos analisados. Como pode ser visualizado na Tabela 4, a seguir. Enquanto que, em 2006, o valor do indicador masculino foi de 0,78, o feminino foi de 0,56; ao passo que, em 2010, o valor masculino foi de 0,92, e o feminino foi de 0,69. Dessa forma, os números indicam a elevação na rotatividade também quando analisado em torno do sexo. Quando tomados em relação à faixa etária, os dados ratificam outra tendência do mercado de trabalho. Constatou-se nos dois períodos analisados, uma expressiva taxa de criação líquida de empregos no valor de 0,65 na faixa etária de até 17 anos. Tal valor deve está associado às políticas de primeiro emprego recentes que motivam a contratação de jovens a baixos custos trabalhistas, sendo, para eles, uma forma de obter experiência profissional.

Tabela 4 - Criação, destruição, criação líquida e rotatividade no emprego formal brasileiro segundo o sexo - 2006-2010

Sexo Trabalhador	2006				2010			
	Taxa de Criação	Taxa de Destruição	Taxa de Criação Líquida	Taxa de Rotatividade	Taxa de Criação	Taxa de Destruição	Taxa de Criação Líquida	Taxa de Rotatividade
Masculino	0,41	0,37	0,04	0,78	0,48	0,43	0,05	0,92
Feminino	0,30	0,26	0,03	0,56	0,37	0,32	0,05	0,69
Total	0,36	0,33	0,03	0,70	0,44	0,39	0,05	0,82

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Rais-Caged/MTE.

Devido ao tempo limitado do contrato de trabalho colocado nestes programas, há uma seguida substituição de jovens nos postos de trabalho dessas empresas, o que é ratificado pela elevada taxa de rotatividade observada. Os dados de 2006 mostram um indicador de 1,98, enquanto que para 2010 ele atingiu um valor de 2,11.

Tabela 5 - Criação, destruição, criação líquida e rotatividade no emprego formal brasileiro segundo a faixa etária - 2006-2010

Faixa Etária	2006				2010			
	Taxa de Criação	Taxa de Destruição	Taxa de Criação Líquida	Taxa de Rotatividade	Taxa de Criação	Taxa de Destruição	Taxa de Criação Líquida	Taxa de Rotatividade
Até 17	1,31	0,66	0,65	1,98	1,42	0,69	0,73	2,11
18 a 24	0,73	0,59	0,14	1,32	0,86	0,70	0,16	1,57
25 a 29	0,43	0,40	0,02	0,83	0,52	0,48	0,04	1,01
30 a 39	0,30	0,29	0,01	0,59	0,37	0,35	0,02	0,72
40 a 49	0,20	0,20	0,00	0,40	0,25	0,24	0,01	0,48
50 a 64	0,14	0,16	-0,02	0,30	0,17	0,17	-0,01	0,34
65 ou mais	0,07	0,15	-0,08	0,23	0,09	0,15	-0,06	0,24
{ñ class}	4,56	3,08	1,47	7,64	0,01	0,04	-0,04	0,05
Total	0,36	0,33	0,03	0,70	0,44	0,39	0,05	0,82

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Rais-Caged/MTE.

Ainda dentro deste raciocínio, o segundo maior valor foi registrado na faixa etária de 18 a 24 anos, segmento jovem da população. Com valores de 1,32, em 2006, e 1,57, em 2010, ratifica-se a volatilidade que o emprego possui nesta faixa etária, sendo uma das características que tal grupo enfrenta no seu processo de inserção no mercado de trabalho.

A determinação da volatilidade do emprego está fortemente relacionada ao nível de escolaridade que o indivíduo possui. Os dados presentes na Tabela 6 mostram que quanto maior a escolaridade apresentada, menor é a rotatividade associada a essa faixa educacional.

Tabela 6 - Criação, destruição, criação líquida e rotatividade no emprego formal brasileiro segundo a escolaridade - 2006-2010

Escolaridade	2006				2010			
	Taxa de Criação	Taxa de Destruição	Taxa de Criação Líquida	Taxa de Rotatividade	Taxa de Criação	Taxa de Destruição	Taxa de Criação Líquida	Taxa de Rotatividade
Analfabeto	0,57	0,57	0,00	1,14	0,60	0,60	0,00	1,21
Até 5ª Incompleto	0,51	0,52	-0,01	1,03	0,59	0,56	0,03	1,16
5ª Completo Fundamental	0,43	0,45	-0,02	0,88	0,48	0,49	-0,02	0,97
6ª a 9ª Fundamental	0,45	0,44	0,01	0,89	0,54	0,53	0,01	1,07
Fundamental Completo	0,40	0,38	0,02	0,77	0,49	0,46	0,03	0,95
Médio Incompleto	0,44	0,40	0,04	0,85	0,58	0,52	0,06	1,09
Médio Completo	0,37	0,31	0,07	0,68	0,47	0,39	0,08	0,86
Superior Incompleto	0,32	0,27	0,05	0,59	0,38	0,33	0,05	0,71
Superior Completo	0,14	0,12	0,02	0,27	0,17	0,14	0,03	0,31
Mestrado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Doutorado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,36	0,33	0,03	0,70	0,44	0,39	0,05	0,82

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Rais-Caged/MTE

A maior rotatividade foi registrada na faixa educacional analfabeta, com um valor de 1,14, enquanto o menor valor foi obtido pela categoria ensino superior, com 0,27; sendo essa redução progressiva à medida que as faixas de escolaridade se elevam. Esta constatação pode indicar que a rotatividade é mais agravante em postos de trabalho de menor qualificação, pois a mão-de-obra pouco qualificada é facilmente encontrada, quando muito não substituída por outra mais qualificada, permitindo uma maior rotação nessas ocupações.

Essa tendência de maior rotatividade em postos de menor qualificação é ratificada diante da análise das variações em função da faixa de remuneração. Tal qual a verificação segundo a faixa de escolaridade, constatou-se que os postos de trabalho com menor nível salarial aqueles que apresentaram um maior grau de rotatividade. Assim, quanto maior for a faixa de remuneração, observa-se a redução do indicador de rotatividade, como pode ser constatado na Tabela 7, a seguir.

Tabela 7 - Criação, destruição, criação líquida e rotatividade no emprego formal brasileiro segundo a faixa de remuneração - 2006-2010

Faixa Remuneração Média (SM)	2006			2010				
	Taxa de Criação	Taxa de Destruição	Taxa de Criação Líquida	Taxa de Rotatividade	Taxa de Criação	Taxa de Destruição	Taxa de Criação Líquida	Taxa de Rotatividade
Até 1 SM	1,01	0,73	0,28	1,74	1,25	0,93	0,32	2,18
Mais de 1 a 2 SM	0,53	0,46	0,06	0,99	0,61	0,53	0,08	1,14
Mais de 2 a 4 SM	0,20	0,21	-0,02	0,41	0,19	0,20	-0,02	0,39
Mais de 4 a 7 SM	0,08	0,11	-0,03	0,19	0,09	0,11	-0,02	0,20
Mais de 7 a 15 SM	0,07	0,09	-0,02	0,16	0,07	0,08	-0,01	0,15
15 ou mais SM	0,04	0,07	-0,02	0,11	0,05	0,06	-0,01	0,10
{ñ class}	0,23	0,21	0,03	0,44	0,18	0,15	0,02	0,33
Total	0,36	0,33	0,03	0,70	0,44	0,39	0,05	0,82

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Rais-Caged/MTE.

Essa constatação se mantém entre os períodos analisados, apesar de elevação dos índices de um período para o outro, a tendência se mantém. Assim, os postos de trabalho com remuneração de até um salário mínimo tiveram uma ampliação do índice de rotatividade de 1,74, em 2006, para 2,18, em 2010; enquanto o indicador para as ocupações na faixa de 15 salários mínimo ou mais foi de 0,44, em 2006, e 0,33, em 2010. Esses resultados corroboram com os dados presentes na tabela 06, evidenciando que ocupações mais precárias, aquelas que exigem menor escolaridade e apresentam menor remuneração, são as que possuem uma maior volatilidade e, conseqüentemente, maior índice de rotação da mão de obra.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar o mercado de trabalho e a rotatividade da força de trabalho no Brasil. Os dados da Rais/MTE mostram significativo aumento no número de postos formais de trabalho ao longo do período analisado (2006-2011), com destaque acentuado para a construção civil que apresentou elevada taxa de crescimento. Além disso, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste destacaram-se nas taxas de crescimento de emprego formais nos anos em tela.

No que se referem às características socioeconômicas e demográficas da força de trabalho, as mulheres registraram as maiores taxas de crescimento no emprego formal, com destaque significativo para a força de trabalho com idade de até 17 anos e aqueles acima de 50 anos. Além disso, o crescimento foi expressivo para aqueles com nível de mestrado e doutorado em detrimento das demais faixas de escolaridade. Porém, foram nos postos de trabalhos com remuneração média de até 2,0 salários mínimos que se constataram as maiores taxas de crescimento.

No que se refere às taxas de rotatividade por características geográficas, socioeconômicas e demográficas da população, observa-se relativa disparidade entre elas. Em âmbito geográfico, as regiões de maior dinamismo econômico, notadamente o Sudeste e o Sul do Brasil experimentaram as maiores taxas de rotatividade em ambos os períodos analisados. Destaque-se, pois, que, a rotatividade mostrou-se acentuar no último período em relação ao primeiro, em todas as macrorregiões brasileiras.

Em termos de condicionantes demográficas, as mulheres experimentaram taxas de rotatividade menores do que as dos homens em ambos os períodos, com intensidade significativamente elevada para a força de trabalho juvenil e jovem.

Além disso, destaque-se a queima de postos de trabalho para aqueles com idade superior a 50 anos, em ambos os períodos, mesmo tendo eles apresentado elevada taxa de crescimento nas contratações formais.

Para as condicionantes socioeconômicas, pode-se destacar rotatividade mais elevada para os menos escolarizados e que auferiam rendimentos nas mais baixas faixas de remuneração. Postos isso, é pertinente destacar que a rotatividade é um fenômeno sobremaneira acentuado para a força de trabalho exposta a um maior nível de vulnerabilidade. Ou seja, aqueles com escolaridade baixa e em setores que conferem rendimentos nas menores faixas de remuneração, sendo assim, de menor intensidade tecnológica.

Pelo estudo, pode-se constatar que, faz-se pertinente e criação de políticas de emprego duradouras com o fito de oportunizar a força de trabalho brasileira condições de construção de vínculos duradouros em seus postos de trabalho, partindo do princípio de que, quanto mais tempo, mais experiência e maior a possibilidade de melhores condições de trabalho e de remuneração.

Referências

BALTAR, P. E. de A. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

BALTAR, P. E.; PRONI, M. W. **Flexibilidade do trabalho, emprego e estrutura salarial no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 1995. (Cadernos do CESIT e Texto para Discussão, 15).

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 24, n. esp. 2006.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos.

Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 537-572. set./dez. 2007.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A Bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n.110, p. 67-104, jul. 2000.

CACCIAMALI, M. C. **Mudanças estruturais e na regulação do mercado de trabalho no Brasil nos anos 80**. São Paulo: IPE/USP, 1992. (Texto para Discussão Interna, 6).

CARVALHO, P. G. M.; FEIJÓ, C. A. do V. C. **Rotatividade do pessoal ocupado na indústria: sua evolução nos anos recentes (1985-1993)**. Anais da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1993.

CINTRA, M. A. M. Suave fracasso: a política macroeconômica brasileira entre 1999 e 2005. **Revista Novos Estudos**, nov. 2005.

CORSEUIL, C. H. et al. **Criação, destruição e realocação do emprego no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002a. (Texto para discussão, n. 855).

CORSEUIL, C. H. et al. Job and worker flows in Brazil. In: MENEZES-FILHO, N. A. (Coord.). Labor market dynamics in Brazil. São Paulo: Fipe-USP, 2002b. Final Report, 2nd draft, Part I, Inter-American Development Bank Research Network, 11th round.

DEDECCA, C. S. Anos 90: a estabilidade com desigualdade. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

DEDECCA, C. A.; ROSANDISKI, E. N. Recuperação econômica e geração de empregos formais. **Revista Parcerias Estratégicas**, n. 22, jun. 2006.

LEONE, E. T.; BALTAR, P. E. de A. População ativa, mercado de trabalho e gênero na retomada do crescimento econômico. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA

DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010. Caxambu. **Anais...** Caxambú: ABEP, 2010.

LEONE, E. T. O trabalho da mulher em Regiões Metropolitanas Brasileiras. In: M.W. PRONI; W. HENRIQUE (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003. p. 199-230.

MORETTO, A. J.; GIMENEZ, D. M.; PRONI, M. W. Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

NEVES, M. de A.; PEDROSA, C. M. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan./abr. 2007.

ORELLANO, V. I. F.; PAZELLO, E. T. Evolução e determinantes da rotatividade da mão de obra nas firmas da indústria paulista na década de 1990. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 36, n. 1, abr. 2006.

PAZELLO, E.; BIVAR, W.; GONZAGA, G. Criação e destruição de postos de trabalho por tamanho de empresa na indústria brasileira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, ago. 2000.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: contexto, 1999.

REMY, M. A. P. de A.; QUEIROZ, S. N. de; SILVA FILHO, L. A. Evolução recente do emprego formal no Brasil (2000-2008). In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010. Caxambu. **Anais...** Caxambú: ABEP, 2010.

WAJNMAN, S.; PERPÉTUO, I. H. A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 1997.